

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

em que quase tudo tem um preço, é preciso que haja muitas outras em que os preços são recusados. A esfera dos mercados funcionais depende da existência de um setor público, que, entre outras coisas, cria e aplica as regras do jogo de forma imparcial, ou seja, um setor regido por valores não mercantis.

João Rodrigues

Microcrédito

Historicamente, sempre se registaram práticas de concessão de crédito a quem apenas tinha a oferecer a sua palavra como garantia. Nas sociedades de hoje, porém, tal princípio estrito de confiança pessoal não só se veio a perder como a tornar-se numa espécie de afronta à lógica das economias de mercado dominantes. Em contracorrente, assiste-se ao emergir do microcrédito, conceito que se sustenta nessa ideia elementar de confiança, constituindo alternativa às práticas financeiras vigentes, reprodutoras das desigualdades sociais.

A gênese do microcrédito contemporâneo é comumente atribuída à experiência de M. Yunus, no Bangladesh, em 1976. Ao perceber que bastavam pequenos empréstimos para pessoas muito pobres iniciarem atividades que as levariam a superar essa condição, fundou o *Grameen Bank*. O sucesso desta iniciativa (reconhecida com um Nobel) fez com que não tardasse a ser seguida por outros países do dito Sul, movendo-se, depois, para os mais prósperos do Norte. Atendendo às múltiplas formas que assume, em função das adaptações às realidades nacionais, é muito difícil definir microcrédito. Todavia, genericamente, pode ensaiar-se a seguinte definição: empréstimo de baixo valor, com taxas de juro mais baixas do que as correntes e sem necessidade de colateral (garantia), concedido por organizações diversas a indivíduos desfavorecidos, excluídos dos financiamentos tradicionais. Servindo sobretudo para financiar o autoemprego, têm-lhe sido associados, entretanto, outros tipos de serviços (crédito ao consumo, seguros, etc.). Sublinhe-se, porém, que nem tudo o que aparece sob a designação de microcrédito o é verdadeiramente. Algumas instituições têm-se apropriado indevidamente do conceito, atribuindo-o a produtos financeiros que não respeitam a sua filosofia.

Em tempos de crise profunda, o microcrédito revela-se um instrumento de grande interesse pelo incentivo ao empreendedorismo e pelo potencial emancipatório que representa para um crescente número de pessoas em situação de vulnerabilidade. Contudo, tal como muitos estudos indicam,

não deve ser encarado como panaceia. Com efeito, tem os seus limites, não dispensando a existência de outro tipo de medidas, designadamente as que são próprias dos Estados-Providência.

Cláudia Nogueira

Movimentos sociais

Os movimentos sociais constituem uma forma de ação coletiva, paralela às revoluções, aos motins ou aos grupos de interesse. No caso específico dos movimentos sociais, estes caracterizam-se pela solidariedade entre membros face a um objetivo comum, pela identificação de um determinado obstáculo ou adversário e pela possibilidade de ameaçar o poder vigente, produzindo transformação social.

Estudos sobre movimentos sociais identificam Portugal como historicamente frágil em matéria de mobilização social em virtude de ter vivido a mais longa ditadura da Europa ocidental. Neste cenário, o movimento sindical, com características muito próprias, surge como a grande exceção. No entanto, estudos recentes sublinham o potencial de mobilização social em torno de momentos específicos, a capacidade de articular causas de modo transversal e os mecanismos através dos quais a sociedade civil portuguesa aprendeu a mobilizar o direito e a cultura em prol de demandas específicas. Ao longo dos anos 1990, diversos movimentos sociais adquiriram visibilidade, ganhando espaço na esfera pública nacional. Entre estes, destacam-se sobretudo os chamados novos movimentos sociais, tais como os movimentos ambientalista, antirracista, estudantil, feminista, pró-escolha, e lésbico, *gay*, bissexual e transgénero (LGBT). Debatendo-se com poucos recursos financeiros e humanos, estes movimentos revelam reportórios de ação estrategicamente adaptados aos objetivos identificados, investindo sobretudo em técnicas de ação direta (*beijaços*, *sit-ins*, *flashmobs* e demais manifestações de rua), em técnicas de pressão (*lóbi parlamentar*) e no uso dos média como forma de aceder ao espaço público. Em especial após o 1.º Fórum Social Português, em 2003, estes movimentos desenvolveram técnicas de trabalho conjunto, verificando-se por vezes uma acumulação de trajetos simultâneos de militância, envolvendo também experiências no mundo sindical e político-partidário.

Os movimentos sociais representam uma energia preciosa, funcionando como mecanismo de monitorização relativamente ao governo e às políticas